

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 24.03.2011**

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e onze, às dezoito horas e quarenta minutos, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, na Rua Araranguá, 397- América, realizou-se a centésima vigésima sétima Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira **Cleia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS-Jlle procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou à leitura da Pauta do dia: **1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **2-ORDEM DO DIA: 2.1** Discussão e análise da atual situação de funcionamento e atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Hospital Municipal São José; **3-ASSUNTOS DIVERSOS 4- INFORMES GERAIS. A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente convidou para composição da Mesa os senhores: Tomio Tomita, diretor presidente do Hospital Municipal São José-HMSJ; Adilson Mariano, vereador municipal; Michele de Souza Andrade, representando a Secretaria Municipal de Saúde-SMS. A Presidente convidou o conselheiro Valério Rodrigues, membro da Comissão de Assuntos Externos-CAE, que relatou as condições testemunhadas pela comissão em visita ao Hospital. Falou que encontraram pacientes utilizando macas sem colchão, além de macas localizadas abaixo das escadas e do elevador. Pontuou que devido a superlotação os funcionários estão sobrecarregados e, que a conclusão do quarto andar ajudaria a minimizar esta situação. A Presidente completou, dizendo que a Mesa Diretora acompanhou esta visita, e foi também observado que muitos pacientes estavam apenas aguardando resultados de exames, não sendo essencial sua ocupação no Hospital. Doutor Tomio Tomita, pronunciou-se, informando que o perfil do HMSJ mudou nos últimos anos. Explicou que não há no país, uma Instituição que seja referência no tratamento de AVC(acidente vascular cerebral), mas o Hospital instituiu, uma unidade de tratamento para pacientes de AVC, o que causou um impacto sobre o Hospital, pois o tempo de internação aumentou consideravelmente, visto o atendimento ser feito também na fase de reabilitação. Considerou que essa unidade não está legalmente instituída, sendo mantida exclusivamente com recursos do HMSJ. Apontou também como uma dificuldade, que contribui para a superlotação, o fato de os médicos dos prontos atendimentos e ambulatorios do município, terem como prática o encaminhamento dos pacientes para o HMSJ, mesmo pacientes clínicos, ou cardíacos, que não são especialidade da Instituição. Falou da falta de um hospital de retaguarda no município, onde pacientes clínicos poderiam ser atendidos a um custo menor por leitos. Pontuou que o HMSJ tem a característica de assistencialidade, atendendo a todos pacientes que procurem a Instituição, pessoas que preferem estar lá, do que não ter atendimento nenhum. Referente a conclusão do quarto andar, disse que a previsão de conclusão é para daqui a três meses, sendo que o Hospital irá financiar a estrutura física, e para material de uso, estão buscando parcerias com algumas empresas. A Presidente questionou porquê o HMSJ está sem fonoaudiólogo contratado. Doutor Tomio respondeu que esse profissional não faz parte do organograma, e só surgiu a necessidade de contratação de um fonoaudiólogo depois de instituída a unidade de AVC, por isso, foi feito um projeto, encaminhado a Câmara de Vereadores, a fim de acrescentar esta função ao quadro de funcionários do Hospital, sendo que abriu vaga para o concurso que se realizará este ano. Conselheiro Mendes José Maulli disse que a situação atual do HMSJ é resultado da ineficiência dos PAs, e acrescentou que entende que as gestões anteriores eram melhores. Doutor Tomio explicou que o paciente é avaliado pelo profissional médico no PA, que então entra em contato com o Hospital de Referência, e os profissionais têm a tendência a procurar primeiro o HMSJ, apesar de clínica médica não ser a referência da Instituição. Referente a gestão, considerou que ao assumir o Hospital, havia uma dívida de mais de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de Reais), além de falta de medicamentos básicos como Dipirona, e materiais como luvas, mas agora a dívida do Hospital está em mais ou menos R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais), os fornecedores estão novamente prestando serviço, portanto não concorda que a gestão anterior era melhor. Conselheiro Jeovane Nascimento do Rosário questionou se seria possível estabelecer programa

para se permitir a aplicação de medicação na casa do paciente. Doutor Tomio disse que seria mais interessante a implantação de um Hospital Dia, para o que já existe um projeto, mas falta conseguir a operacionalidade, em vista dos custos envolvidos. Acrescentou que o Hospital implantou o Planejamento Estratégico, o que permitiu ter conhecimento da real situação do Hospital, como por exemplo, o estado do mobiliário. Conselheiro Josafá Távora citou a proposta aprovada na Plenária Regional de Conselhos de Saúde, referente ao imposto sobre grandes fortunas, e que parte deste imposto seja direcionado aos hospitais. Senhor Valmor João Machado, conselheiro local de saúde, questionou se o aumento de pacientes internados com AVC no HMSJ, indica aumento na população ou falha no atendimento da Atenção Básica. Doutor Tomio disse que no Brasil, não existe Portaria referente a pacientes de AVC, e visto que o HMSJ tem seguido o “*protocolo gold*”, a fama espalhou-se, e agora todo paciente de AVC é encaminhado ao HMSJ, porém muitos destes pacientes poderiam estar em um hospital de retaguarda. Citou como exemplo hospitais de outros municípios da região, como São Francisco do Sul e Guaramirim, onde a maior parte do tempo, encontram-se com apenas cinquenta por cento de ocupação. A Presidente cobrou transparência da gestão do Hospital, citando a falta de prestação de contas ao CMS-Jlle, dizendo também que falta diálogo da Instituição com o Conselho, no sentido de se discutir os problemas e as dificuldades, a fim de tentar achar soluções em conjunto. O vereador municipal, senhor Adilson Mariano, considerou que o problema com a classe médica é histórica, e falta resolutividade por parte da Rede Básica. Apontou modelos internacionais, onde segundo ele, “*só funciona a saúde onde ela é cem por cento pública*”, e diz estar convencido de que não haverá solução enquanto se ganhar dinheiro com doença, e enquanto houver misto de saúde pública e privada. Declarou que nas Conferências de Saúde, deveria-se chamar o povo a um movimento a fim de erradicar a saúde privada no Brasil. Senhor Douglas Calheiros Machado, expressou que o HMSJ é uma gota num oceano, e uma forma de tentar diminuir o problema, seria pensar na saúde de forma regional. Citou o exemplo do Hospital Bethesda, onde atualmente há trinta leitos fechados, e a ocupação é de cinquenta por cento, sendo que poderia servir como um hospital de retaguarda. Frisou que o HMSJ é um desaguadouro, resultado de problemas regionais, portanto, poderia-se discutir a situação com outros secretários de saúde dos municípios da região. Conselheira Michele de Souza Andrade, representante da SMS, considerou que o HMSJ tem problemas, para os quais estão-se procurando soluções, mas não se pode avaliar o Hospital como um todo por alguns problemas pontuais. Apresentou algumas sugestões que poderiam ajudar a amenizar estes problemas: 1- unificação da faixa etária atendida para pacientes de internação e de pronto socorro pelo Hospital Materno Infantil Doutor Jeser Amarante Faria-HMIJAF; 2- análise dos protocolos clínicos utilizados, visto que alguns podem ter menor custo, porém com a mesma eficiência; 3- é de conhecimento da SMS que o Hospital Bethesda tem interesse em ser hospital de retaguarda, mas há uma preocupação referente ao valor repassado por internação, que é de R\$ 437,00 (quatrocentos e trinta e sete Reais), mas há casos em que apenas uma medicação pode custar em média R\$ 500,00 (quinhentos Reais). Portanto está-se tentando junto à Secretaria Estadual de Saúde, que se aumente o valor do repasse por internação. Após alguma discussão, a Presidente apresentou como sugestões a serem aprovadas e acatadas: 1- implantação de um Hospital Dia Clínico no HMSJ; 2- efetivar a Lei de tratamento domiciliar, quando possível; 3- discussão de saúde em caráter regional com o Conselho Estadual de Saúde-CES; 4- cumprimento do Contrato do HMIJAF, para unificação da faixa etária, nos atendimentos de internação e no Pronto Socorro; 5- discussão com o Secretário Estadual de Saúde, referente ao aumento no valor de repasse das AIHs-Atendimento de Internação Hospitalar, para o Hospital Bethesda, a fim de servir como hospital de retaguarda. **As propostas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMS-Jlle Cleia Aparecida Clemente Giosole deu por encerrada a centésima vigésima sétima Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza Andrade, Fabrício Machado,**



Tomio Tomita, Paulo Fernando Vieira, Mirele Muniz, Estela Mari Galvan Cuchi, Jeovane Nascimento do Rosário, Edgar Lichacovski Filho, Valério Rodrigues, Miriam Hoffmann Rodrigues, Denise da Silva Gava, Elza Olegini Bonassa, Antônio Carlos Fernandes Vieira, 105 Julio Manoel Maria, Elza Francisco, Albertino Miguel Rosa, Mendes José Maulli, Mario Luiz Alves, Elenice de Fátima Correa Krüger, Jorgete Onohara, Maria Emilia Vieira Fernandes, Marli Lipinski Wuff, Roberto Tavares, Nelson Antônio Souza, Cleia Aparecida Clemente Giosole, 110 Maurício Huller, Marilio da Silveira, Euclides Paterno, Josafá Távora, um representante dos conselhos locais de saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde e da Câmara de Vereadores.